



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima da Presidência da República, a Senhora Marina Silva, acerca da paralisação dos processos de demarcação de Terras Indígenas e as medidas adotadas pelo atual governo para lidar com essa situação.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, acerca da paralisação dos processos de demarcação de Terras Indígenas e as medidas adotadas pelo atual governo para lidar com essa situação. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Qual é a posição do Ministério do Meio Ambiente em relação à demora na demarcação de terras indígenas, como evidenciado no relatório do Grupo de Trabalho Povos Indígenas entregue ao presidente Lula em 12 de dezembro de 2022?
- b) Quais são as principais razões para a paralisação dos processos de demarcação das Terras Indígenas durante os últimos anos?
- c) Quais medidas o Ministério do Meio Ambiente está tomando para agilizar o processo de demarcação das Terras Indígenas que estão aguardando há anos pela homologação?
- d) Como o Ministério do Meio Ambiente está lidando





- com a invasão de terras indígenas por garimpeiros, extrativistas, madeireiros e outros agentes ilegais, considerando que a falta de demarcação aumenta a vulnerabilidade dessas áreas?
- e) Quais são os planos do Ministério do Meio Ambiente para garantir a segurança e a proteção das Terras Indígenas que estão aguardando a demarcação, especialmente diante das ameaças enfrentadas pelas comunidades indígenas, como a invasão de terras e a exploração ilegal de recursos naturais?
- f) O Ministério do Meio Ambiente está buscando parcerias ou cooperação com outros órgãos governamentais ou instituições para acelerar o processo de demarcação e garantir a proteção das Terras Indígenas?
- g) Quais são os critérios e as diretrizes utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente para priorizar as Terras Indígenas que estão aguardando demarcação?
- h) Quais são os recursos e investimentos disponíveis para apoiar o processo de demarcação e garantir a preservação ambiental e cultural das Terras Indígenas aguardando reconhecimento?

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de 20 anos, povos indígenas das Terras Indígenas (TIs) da Amazônia esperam pela homologação de seus territórios. Eles vivem em constante alerta e temem pela segurança devido à demora no processo de demarcação. Essas populações enfrentam invasões deliberadas de garimpeiros, extrativistas, madeireiros, caçadores, posseiros, fazendeiros e pescadores ilegais. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas





(Funai) e o Ministério da Justiça, juntamente com a assinatura do presidente da República, são responsáveis pelo processo.

Durante os quatro anos do último governo, os processos de demarcação das TIs foram completamente paralisados. Isso resultou na vulnerabilidade das pessoas que vivem em cinco TIs da Amazônia Legal. As lideranças dessas TIs foram ouvidas pelo portal jornalístico Amazônia Real. Agora, esses povos aguardam a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para concluir o processo de demarcação. As TIs em questão são: TI Cacique Fontoura (povo Karajá) em Luciara e São Félix do Araguaia, Mato Grosso; TI Arara do Rio Amônia (povo Apolima-Arara) em Marechal Thaumaturgo, Acre; TI Rio Gregório (povos Katukina Pano e Yawanawa) em Tarauacá, Acre; e TI Uneiuxi (povos Isolados do Igarapé do Natal e Nadöb) em Santa Isabel do Rio Negro, Amazona⁽¹⁾.

Essas cinco TIs foram incluídas no relatório do Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas, entregue ao presidente Lula em 12 de dezembro de 2022. Na época, as lideranças indígenas recomendaram a homologação de 13 territórios e solicitaram que o decreto fosse assinado no primeiro mês do novo governo, o que não ocorreu. No relatório, a TI que espera há mais tempo pela homologação é Acapuri de Cima, em Fonte Boa, Amazonas, com processo iniciado em 1991 e limites físicos declarados em 2000. O povo Kokama ainda aguarda. O processo mais recente é da TI Rio Gregório, Acre, com estudos iniciados em 2006.

O documento também mencionou outras 66 TIs, sendo 31 na Amazônia Legal, que estão em estágios menos avançados de demarcação. Dessas, 21 aguardam demarcação física e 10 aguardam a publicação da portaria do Ministério da Justiça no Diário Oficial da União. O processo de demarcação de uma TI envolve cinco fases: estudo, delimitação, declaração, homologação e regularização.

A vulnerabilidade destas regiões preocupa a todos, uma vez que a comunidade vive de ameaças por conta da rota do narcotráfico, a exemplo, temos a Terra Indígena Uneiuxi, localizada na região do médio Rio Negro, no município de Santa

¹ Nicolý Ambrosio, 'Sem homologação, sem proteção', (Amazônia Ideal, 12/04/2023), Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/especiais/100-dias-demarcacoes/>> Acesso em: 22 de maio de 2023.





Isabel do Rio Negro, Amazonas, está vulnerável ao garimpo e ao narcotráfico. Essa terra ancestral é habitada pelo povo Nadöb e pelos Isolados do Igarapé do Natal. Marivelton Baré, diretor-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), explica que balsas de garimpo que exploram minério ilegalmente no rio Japurá estão próximas ao território. Os indígenas também estão na rota de facções que contrabandeiam drogas da Bolívia para o Brasil, o que preocupa a comunidade.

Vulnerável ao garimpo e ao narcotráfico, a TI Uneiuxi, localizada na região do médio Rio Negro, no município de Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas, aguarda o reconhecimento final do Estado brasileiro sobre a terra ancestral, onde vivem o povo Nadöb e os Isolados do Igarapé do Natal. O diretor-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Marivelton Baré, explica que perto do território estão balsas de garimpo que exploram minério ilegalmente no rio Japurá. Os indígenas também estão na rota de facções que fazem o contrabando de drogas da Bolívia para o Brasil, fato que gera preocupação a comunidade.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 22 de maio de 2023

Deputado AMOM MANDEL

